

Plebiscito Nacional

sobre a

DÍVIDA EXTERNA

2 a 7 de setembro de 2000

“Sim à vida, não à dívida”

Texto:

Fisco Forum - MG

Consultoria Técnica:

Prof. Elias Antônio Jorge

Prof. José Henriques Maia Filho

Prof. Valdemar Servilha

Revisão e Edição:

Déborah Gurgel e Sandra Romão

Ilustrações:

Berzé

Projeto gráfico e editoração eletrônica:

Sygnó Arte & Comunicação

Belo Horizonte, julho de 2000

**FISCO
FORUM MG**

Apresentação

Como servidores públicos responsáveis pela fiscalização e arrecadação de tributos e contribuições das três esferas de governo, da Previdência Social e do Trabalho, sentimos não só com legitimidade, mas com o dever de participar das discussões sobre o endividamento do país e o conseqüente comprometimento das receitas que ajudamos a arrecadar.

Assistimos à destinação da maioria dos recursos orçamentários ao pagamento do serviço da Dívida Pública, Interna e Externa, em detrimento do investimento nas áreas essenciais para o desenvolvimento do país.

Como auditores que somos, entendemos que é essencial a realização de uma profunda auditoria na Dívida Pública, como prevê a Constituição Federal de 1988, de modo a tornar transparente, para todos os brasileiros, qual o valor real da dívida, como ela surgiu, quem se beneficiou com ela, qual é o seu custo real e quem está pagando a conta.

Por isso, apoiamos a realização do **Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa**, que ocorrerá entre os dias 2 e 7 de setembro de 2000. A iniciativa, que integra diversos setores organizados da sociedade, faz parte da Campanha Jubileu 2000 – Por Um Milênio Sem Dívidas, lançada pelo Setor Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A campanha teve início em 1991 com a realização da 1ª Semana Social Brasileira, cujo tema foi “Mundo do Trabalho e Novas Tecnologias”. Até 1998, foram realizados mais dois eventos, culminando em um encontro nacional em Itaici-SP, quando foram levantadas as principais dívidas sociais, dentre as quais se destacou a Dívida Externa. Em julho de 1998, foi realizado o Simpósio Nacional sobre a Dívida Externa, quando vários especialistas nacionais e representações internacionais debateram a problemática da dívida externa. Constatada a ilegalidade e a imoralidade que a mesma representa, definiu-se pela realização do Tribunal da Dívida Externa, que aconteceu em abril de 1999, no Rio de Janeiro, com a participação de mais de 1.200 pessoas do Brasil e de vários países. A partir da condenação da dívida no Tribunal, foi constatada a necessidade de se mobilizar a população para a realização de um Plebiscito Nacional, onde todos os cidadãos pudessem se manifestar quanto à questão das Dívidas Externa e Interna.

Apresentamos esta cartilha à sociedade com o propósito de estimular a participação de todos os cidadãos no controle social dos gastos públicos, sobretudo aqueles com os encargos financeiros da dívida.

Nossa contribuição vem sendo norteadada unicamente pelo interesse público, sendo fruto de pesquisa e discussão democrática entre as entidades que congregam o **Fisco Fórum** em Minas Gerais, com o apoio da APUBH – Associação Profissional dos Docentes da UFMG e revisão técnica de professores da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Visa, sobretudo, difundir informações que possam ajudar a responder às três questões do Plebiscito:

.....

Sobre o FMI:

1) O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI?

Sobre a Dívida Externa:

2) O Brasil deve continuar pagando a Dívida Externa, sem realizar uma Auditoria Pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988?

Sobre a Dívida Interna:

3) Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a Dívida Interna aos especuladores?

Com este trabalho, esperamos estar contribuindo para este importante debate e para a construção de uma Nação mais justa e fraterna, na qual os preceitos éticos sejam referência básica das relações sociais.

UNAFISCO SINDICAL – DS/BH

Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal/ Delegacia Sindical de Belo Horizonte

UNAFISCO – MG

Associação Nacional dos Auditores Fiscais do Tesouro Nacional

SINDIFISCO/MG

Sindicato dos Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais

AFFEMG

Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais

SINFISCO/BH

Sindicato dos Auditores de Tributos Municipais de Belo Horizonte

SINDIFISP/MG

Sindicato dos Auditores Fiscais da Previdência Social de Minas Gerais

ANFIP/MG

Associação dos Auditores Fiscais da Previdência Social de Minas Gerais

AAIT/MG

Associação dos Agentes da Inspeção do Trabalho de Minas Gerais

Índice:

O Brasil é um país rico	07
Concentração de riqueza e renda	07
Dívida Pública	08
Dívida Externa	09
Dívida Interna	14
Proposta de solução para a Dívida Pública	17

Apêndices

I- História da Dívida Externa	18
II – Sobre o Plebiscito Nacional	21
III – Bibliografia	23

Para refletir:

“A questão da Dívida faz parte de um problema mais vasto: o da persistente pobreza, às vezes extrema, e o da multiplicação de novas desigualdades que acompanham o processo de globalização. O espírito do Jubileu nos obriga a aliviar, ou tirar, o peso da dívida, para restabelecer um relacionamento de maior justiça entre as nações, que permita aos países mais pobres um justo acesso a todas as riquezas materiais e espirituais que pertencem à família das nações.”

Papa João Paulo II,
na mensagem do Dia da Paz.

“Quando se trava uma luta, não se deve ter a preocupação com o resultado, mas se há ou não o dever de lutar por aquele ideal. Sou feliz por achar que cumpri com meu dever”.

Barbosa Lima Sobrinho

O Brasil é um país rico

- É rico em recursos naturais, humanos e culturais.

- É atualmente o 10º país em geração de riqueza (10º PIB – Produto Interno Bruto - mundial). Há poucos anos, possuía o 8º PIB do mundo.

Então,

- Por que há tanto desemprego, tanta fome, tanta miséria?

- Por que os serviços de saúde, educação e segurança prestados à sociedade brasileira estão se desmantelando?

- Por que há tanta injustiça, tanta corrupção?

- Por que há tanta exclusão: os sem-terra, os sem-teto, os menores abandonados...?

É porque

- A nossa riqueza e a nossa renda estão concentradas nas mãos de poucos.

- Grande parte dos nossos recursos estão sendo utilizados para pagamento da Dívida Pública, Externa e Interna.



Concentração de riqueza e renda

O Brasil é um dos países com a **PIOR DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DO MUNDO**, ou seja, a riqueza concentra-se nas mãos de poucas pessoas, que representam a **ELITE SOCIAL**, e a grande maioria da população encontra-se em níveis alarmantes de pobreza e miséria. **Quarenta milhões de pessoas** (1/4 da população) situam-se abaixo da linha de pobreza, ganhando menos de R\$2,00 por dia, e são consideradas **MISERÁVEIS**. A concentração de renda no Brasil é a mais grave das Américas e compara-se somente aos países mais pobres da África.

Quem é a ELITE SOCIAL?

É o grupo de pessoas que detém o poder de decisão na sociedade, representadas pela classe política (presidente, governadores, prefeitos, senadores, deputados, vereadores e ocupantes dos altos cargos nas instituições públicas) e pelos grandes empresários, banqueiros, latifundiários, donos dos meios de comunicação, enfim, onde se concentra a riqueza do país. Na prática, os ocupantes de cargos públicos e os proprietários de riqueza se confundem, pois grande parte dos políticos provém das classes mais ricas da sociedade.

Dívida Pública

Dívida Pública é a dívida do Poder Público (Federal, Estaduais e Municipais) e das empresas estatais. Ela pode ser EXTERNA ou INTERNA.

Antes de tratarmos das Dívidas Externa e Interna, vejamos sua importância no Orçamento da União (programação dos recursos que o governo federal estima arrecadar e definição de seus gastos para o próximo ano), aprovado pelo Congresso Nacional, conforme Portaria nº 308 CCONT/DINCO, de 29 de junho de 2000 (Quadro I).

Ressalte-se que, além da programação dos recursos do orçamento da União, mencionados abaixo, há também os recursos a serem desembolsados pelas empresas estatais, pelos estados e municípios.



Quadro I

ORÇAMENTO DA UNIÃO - DESPESAS - ANO 2000

Encargos Financeiros da União	Valores em Reais
Juros da Dívida Pública	78.123.008.000,00
Amortização da Dívida Pública	66.388.909.000,00
Soma	144.511.917.000,00

A soma dos recursos orçamentários disponíveis para o ano 2000 totaliza R\$370.103.398.000,00. Portanto, **estão comprometidos com o pagamento de juros e amortização da dívida pública cerca de 40% dos recursos orçamentários da União.**

Para se ter uma idéia da relevância deste valor, veja quanto os encargos financeiros da dívida consomem:

Quadro II

Período	Valor comprometido com encargos financeiros da União (EFU)
por mês	Cerca de 12 bilhões de reais
por dia	400 milhões de reais
por hora	16 milhões de reais

Comparando-se os valores comprometidos com o pagamento dos encargos da dívida com os valores destinados a alguns Ministérios no **Orçamento da União para 2000**, constata-se que o atual governo privilegia a **dívida financeira** destinando grande parte dos recursos orçamentários para a agiotagem financeira, em detrimento dos investimentos nas áreas de saúde, educação, tecnologia, cultura e erradicação da miséria, essenciais para o resgate das **dívidas sociais**.

Veja o quadro comparativo do **orçamento anual** de cada Ministério e a sua equivalência ao que se gasta com os encargos financeiros da dívida (EFU): (Quadro III - ver na página 9).

ORÇAMENTO DA UNIÃO - DESPESAS - ANO 2000

Encargos Financeiros da União (EFU)	Valores em Reais	
Juros e amortização da Dívida Pública	144,5 Bilhões	
Destinação anual de recursos	Valores em Reais	Equivalência aos EFU
Ministério da Saúde	20,2 bilhões	51 dias
Ministério da Educação	14,1 bilhões	35 dias
Fundo de Erradicação da Miséria	4 bilhões	10 dias
Ministério da Ciência e Tecnologia	1,6 bilhão	4 dias
Ministério da Cultura	287 milhões	17 horas

Estes números mostram, na verdade, qual é a prioridade do governo: NÃO é o emprego, NÃO é a saúde, NÃO é a reforma agrária, NÃO é a educação, NÃO é a moradia, NÃO é a cultura, NÃO é a ciência e tecnologia, indispensáveis para o desenvolvimento da sociedade brasileira, mas, sim, o pagamento de juros e amortizações da Dívida Pública.

Com os recursos orçamentários destinados ao pagamento da dívida em 2000 é possível:

- Criar 10 milhões e 500 mil empregos diretos em indústrias têxteis ou 15 milhões e 750 mil empregos diretos na construção civil, ou
- Construir 15 milhões de moradias populares, ou
- Duplicar os gastos do país em educação e ainda construir 6 milhões de escolas, ou
- Construir 948 mil postos de saúde, ou
- Assentar 5 milhões e 833 mil famílias de agricultores.

Essa política que privilegia o pagamento da DÍVIDA PÚBLICA está explicitada na recente Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar no. 101/2000), proposta pelo governo federal e aprovada pelo Congresso Nacional, que pune criminalmente o administrador público que não honrar, em primeiro lugar, o serviço da dívida (serviço = amortização + juros). Em outras palavras, **a prioridade é o cumprimento do contrato com os especuladores**. O contrato com o povo pode ser quebrado, como se vê nos confiscos salariais, nas ordens judiciais descumpridas, nas aposentadorias defasadas e achatadas, nos direitos sociais não respeitados, etc.

Causa profunda indignação a constatação de que a referida Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma imposição do FMI, explícita no “Memorando Técnico de Entendimentos” como uma das metas estruturais a serem cumpridas pelo Brasil. **Quem está mandando neste país?**

Dívida Externa

É contraída no exterior e tem que ser paga em moeda estrangeira.

A Dívida Externa corresponde aos débitos assumidos pelo governo brasileiro e pelas empresas estabelecidas no Brasil, junto a residentes no exterior, e decorre de empréstimos e financiamentos, sobre os quais são cobrados juros.

Teoricamente, a Dívida Externa Brasileira é composta de duas parcelas:

- **Dívida Externa Pública** = tem origem no próprio governo e nas empresas estatais;
- **Dívida Externa Privada** = contraída por empresas privadas, que contam com o aval do governo em quase 90% dos casos (dívida registrada). Dessa forma, embora tenha sido contraída pelo setor privado, em diversas situações acaba sendo assumida pelo governo.

Também pode ser classificada em **Dívida de Curto Prazo** (vence em um ano ou menos) ou de **Longo Prazo** (vencimento original ou prorrogado de mais de um ano).

Pesquisando os valores da Dívida Externa Brasileira, nos deparamos com a falta de dados atualizados e a discrepância de valores: (Quadros IV e V)

Quadro IV	
Dados do ano de 1998, conforme Boletim do Banco Central – Maio/2000	
Dívida Externa	Valor (em bilhões de dólares)
Curto Prazo	23,164
Médio e Longo Prazo	219,999
Total	243,163
Fonte: Boletim de maio/2000 do BACEN	

É no mínimo curioso o fato de que, há poucos meses, os dados disponíveis para 1998 eram os seguintes, conforme **Boletim do Banco Central – Relatório 1998**:

Quadro V	
Dívida Externa	Valor (em bilhões de dólares)
Curto Prazo	24,600
Médio e Longo Prazo	210,458
Total	235,058
Fonte: Boletim do BACEN - Relatório 1998	

Essa alteração dos valores da DÍVIDA EXTERNA de 1998, no montante expressivo de MAIS DE 8 BILHÕES DE DÓLARES, é mais um indício da necessidade de se proceder a uma auditoria profunda na Dívida Externa Brasileira!

E não somos somente nós, auditores, que percebemos a necessidade de auditar a dívida.

Veja o que estabelece o artigo 26 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988:

Art. 26. No prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de Comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.

Parágrafo 1º - A Comissão terá a força de Comissão Parlamentar de Inquérito para fins de requisição e convocação, e atuará com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo 2º - Apurada irregularidade, o Congresso Nacional proporá ao Poder Executivo a declaração de nulidade do ato e encaminhará o processo ao Ministério Público Federal, que formalizará, no prazo de sessenta dias, a ação cabível.

Infelizmente, até agora, não vimos isto acontecer...

Evolução da Dívida Externa

Como evoluiu a dívida após a promulgação da Constituição Federal de 1998:

ANO	DÍVIDA EXTERNA TOTAL	PAGAMENTOS EFETUADOS	
	(Valores em milhões de dólares)	(Valores em milhões de dólares)	
		Juros	Amortizações
1988	113.511	9.832	17.087
1989	115.506	9.633	14.549
1990	123.439	9.748	8.826
1991	123.910	8.621	7.827
1992	135.949	7.253	8.572
1993	145.726	8.280	9.978
1994	148.295	6.338	50.411
1995	159.256	8.158	11.023
1996	179.935	9.840	14.271
1997	199.998	10.391	28.701
1998	241.777	11.948	33.587
1999	241.056	15.168	51.905

Fonte: Conjuntura Econômica, jun. 2000, pág. XXVI e XXVII & Banco Central

Hoje, a Dívida Externa total (Pública + Privada) corresponde a quase metade de toda a riqueza que o Brasil produz durante o ano inteiro.

Para honrar os pagamentos dos juros e amortizações, o governo tem que sacrificar recursos que deveriam estar sendo empregados em saúde, educação, segurança, moradia, reforma agrária e demais investimentos públicos, geradores de emprego.

Por isso, a Dívida Externa é uma dívida que pesa sobre cada cidadão brasileiro, e que está sendo paga a cada hora, com o trabalho da nação e com as privações e carências que afligem a maioria da população brasileira.

A conta é tão alta que o dinheiro obtido com a venda da Companhia Siderúrgica Nacional (em Volta Redonda-RJ) e da Companhia Vale do Rio Doce (uma das maiores empresas de mineração do mundo) deu para pagar apenas os **juros de dois meses da dívida**.

O dinheiro tomado emprestado no exterior, ao longo do tempo, serviu para: alavancar alguns investimentos produtivos em algumas épocas; cobrir eventuais déficits no Balanço de Pagamentos; bancar remessas de lucros (ainda que indiretamente) das empresas multinacionais; **mas foi principalmente utilizado para o**



pagamento dos próprios juros cobrados pelos credores internacionais, que em determinadas épocas alcançaram as extorsivas taxas de **18,97%** (Libor de agosto de 1981) e **20,5%** (Prime-rate de agosto de 1981).

Há questionamentos jurídicos a fazer sobre a Dívida Externa Brasileira:

■ **Cláusula Leonina - Aumento abusivo das taxas de juros:**

Na década de 70, as taxas de juros estavam **bem baixas**, pois havia excesso de oferta de moeda no mercado financeiro internacional, proveniente dos países produtores de petróleo. Fomos seduzidos, com taxas aparentemente atraentes, a tomar elevados empréstimos no exterior. No início da década de 80, fomos golpeados com **elevadíssimas** taxas de juros, que alcançaram índices superiores a 20%, o que tornou inviável o pagamento da dívida e estagnou a economia nacional.

■ **Cláusula Contratual Incerta:**

Princípio de Direito, de que as cláusulas contratuais pactuadas somente devem ser cumpridas quando subsistirem as mesmas condições econômicas vigentes quando foi firmado o contrato. Esta cláusula contratual, que se julga incerta nas convenções e contratos, é denominada pela locução latina “*rebus sic stantibus*” e significa precisamente “o mesmo estado de coisas”.

Os contratos de empréstimo de longo prazo contraídos no exterior foram pactuados com base em **taxas de juros flutuantes**, ou seja, taxas incertas, que poderiam variar sem limites, como de fato acabou ocorrendo, variando de 5% (início da década de 70) a mais de 20% ao ano (início da década de 80). A dívida se transformou numa verdadeira bola de neve, pois tornava-se **impossível** o pagamento dos próprios juros, sendo necessário novo endividamento, em condições cada vez mais onerosas.

Da forma como vem sendo administrada a Dívida Externa Brasileira, estamos perdendo a soberania nacional e nos tornando reféns dos especuladores.

A Dívida Externa do Brasil é impagável, pois quanto mais pagamos, mais devemos. Se verificarmos as estatísticas, o volume de recursos que saiu do Brasil em pagamento aos credores internacionais sempre foi muitas vezes superior aos valores que vieram do exterior, o que significa que **a Dívida Externa já foi efetivamente paga**. Além disso, historicamente se comprova que muitas dívidas novas foram sendo contraídas para quitar dívidas anteriores, sendo que, na maior parte dos casos, **o dinheiro nunca veio de fato para o Brasil**, ficando lá fora mesmo, apenas aumentando a nossa dívida.

Quanto mais pagamos, mais devemos:

- Em **1985**, a Dívida Externa do Brasil era de **105 bilhões de dólares**;
- Entre **1985 e 1998**, o Brasil pagou **335 bilhões** de juros e amortizações;
- Mesmo assim, em **1998** a dívida brasileira ainda era de **243 bilhões de dólares**.

**QUANTO MAIS
SE PAGA
MAIS SE DEVE.
ISSO É MATEMÁTICA?**

**NÃO. É
ROUBO
MESMO!**



- Nos últimos anos, o Brasil se tornou exportador de capitais: os recursos que vêm do exterior para o Brasil são inferiores aos que remetemos para fora.

Fonte: (Revista Conj. Eco. Fev/2000, págs XXVI e XXVII).

Estamos cada vez mais nos endividando e empobrecendo.

Quem paga a Dívida Externa?

- Algumas pessoas podem pensar que a Dívida Externa não tem nada a ver com elas, que é coisa muito complicada e distante, que só o governo deve cuidar disso e negociar com os banqueiros, com o FMI e com o Banco Mundial.
- Mas quando dizem: “Não tenho comida”, “Não tenho escola”, “Não tenho hospital”, “Não tenho trabalho”, “Não tenho direitos”, estas pessoas estão falando de problemas ocasionados pela Dívida Externa, pois **é o sacrifício diário desses direitos que faz com que o governo possa continuar pagando a dívida.**

Na verdade, a Dívida Externa é paga por cada um de nós brasileiros.

É preciso acrescentar, ainda, que os grandes empresários e banqueiros brasileiros contraem empréstimos no exterior (Dívida Privada Externa) para especular aqui no Brasil, e, além disso, enviam boa parte desse lucro para os países estrangeiros, em vez de investirem no nosso país.

Em diversas oportunidades, a Dívida Privada Externa acabou sendo assumida pelo governo que, para honrá-la, teve que reduzir os investimentos em saúde, educação, segurança, moradia etc. Como se vê, a Dívida Privada Externa também vem recaindo sobre a maioria dos brasileiros, que não foi consultada sobre o endividamento e não foi também beneficiada por ele, pois todo o proveito ficou nas mãos dos especuladores brasileiros e internacionais.

Quem são os chamados credores internacionais?

Aqueles que emprestam dinheiro para o Brasil são os chamados credores internacionais. Eles são os seguintes:

- **Credores oficiais**, os países capitalistas mais ricos do mundo:

- Estados Unidos
- Japão
- Alemanha
- França
- Inglaterra
- Suíça
- Canadá
- Holanda

- **Credores privados**, os grandes bancos comerciais privados internacionais.

- **Credores multilaterais:**

Os principais são:

- Fundo Monetário Internacional (FMI)
- Banco Mundial (BM)



Além de credores, o FMI e o Banco Mundial têm outros papéis: nasceram em 1945, **“oficialmente”** com a missão de ajudar a manter a ordem da economia internacional, socorrendo com empréstimos os países que estivessem em crise ou dificuldades, bem como auxiliando-os a progredir no sentido de um desenvolvimento sócio-econômico justo e sustentável.

Mas, **na verdade**, por serem controlados pelos países ricos, não têm uma gestão democrática, nem tornam transparentes as informações. Cobram dívidas em benefício próprio e de outros credores. Interferem nos países devedores, ditando normas sobre a organização da economia com a finalidade de proteger e favorecer ainda mais os interesses dos credores internacionais.

Toda a atual política governamental decorre de compromisso do governo brasileiro com o FMI, por meio da Carta de Intenções de 13/11/1998, na qual se obrigou a cumprir metas fiscais e monetárias, seguir critérios de desempenho e parâmetros estruturais, entre os quais destacamos a continuidade do programa de privatizações, inclusive de bancos estaduais, e a redução dos gastos governamentais. A atuação do governo é trimestralmente monitorada pelos técnicos do FMI.

Dívida Interna

É contraída no próprio país e pode ser paga em reais.

A Dívida Interna corresponde aos débitos assumidos pelo governo junto a pessoas, empresas e principalmente instituições financeiras estabelecidas no Brasil.

Sempre que as despesas do Governo superam as suas receitas, há necessidade de recursos para cobrir esta diferença.

Quais as formas que o governo tem utilizado para buscar recursos dentro do próprio país?

- Emissão de papel moeda, medida que tem sido pouco utilizada, por ser altamente inflacionária.
- Aumento dos impostos, alternativa política e economicamente complicada.
- Venda de patrimônio público (privatizações).
- Lançamento de títulos públicos no mercado em geral, que é uma forma **de captar empréstimos internamente**. No Brasil, atualmente, é intensamente praticada através do oferecimento de elevadas taxas de juros.

Esta última alternativa consiste em emitir papéis, denominados títulos públicos, que são oferecidos ao mercado financeiro, com a garantia do governo e a taxas de juros muito atraentes. Os títulos federais mais comuns são LTN (Letra do Tesouro Nacional) e LFT (Letra Financeira do Tesouro).

A atual política de emissão de títulos públicos com elevadas taxas de juros atrai grande volume de capitais e provoca o aumento incontável da própria Dívida Interna do país, uma vez que, para honrar o pagamento dos altos juros a que se comprometeu, o governo acaba tendo que emitir mais títulos. Ao longo do tempo, isso se torna uma verdadeira bola de neve.

A taxa interna de juros foi, na década de 90, sistematicamente maior que a taxa de juros internacional, chegando, em alguns anos, a ser **oito vezes superior** a esta última, o que estimulou os **grandes grupos privados** a tomarem recursos no mercado externo para especular aqui dentro.

Isso evidencia a íntima relação que existe entre a DÍVIDA INTERNA E A EXTERNA. Como os juros são mantidos altos, principalmente para atrair capitais estrangeiros e para tentar evitar sua

saída do país, o resultado é o crescimento cada vez maior da Dívida Pública Interna.

Sessenta por cento de nossa Dívida Externa é proveniente do setor privado, porque os empresários e banqueiros buscam empréstimos no exterior, onde as taxas de juros são bem mais baixas (5 a 9% ao ano) e especulam com esse dinheiro no mercado interno, onde se praticam as taxas mais elevadas do planeta – A taxa SELIC hoje está em torno de 17% a.a., mas em março de 1999 o custo médio de mercado da Dívida Pública Interna era de 40,02 % ao ano, conforme publicação da própria Secretaria do Tesouro Nacional.

A dívida assumida pelo setor privado no exterior, em moeda estrangeira e a juros de 5 a 9%

ao ano, é garantida pelo governo e tem que passar pelo Banco Central do Brasil para ser convertida em reais. Nesta operação, o Banco Central fica com os dólares e repassa reais para os tomadores dos empréstimos. Para isto, precisa captar recursos no mercado interno, coloca títulos públicos federais, pagando juros de cerca de 17% ao ano. A diferença entre essas taxas é um custo que é repassado para a sociedade.



Essa política de elevadas taxas de juros fez com que a **Dívida Interna Pública** crescesse de forma absurda. Tomando-se os dados da Dívida Pública Mobiliária Federal (estoque de títulos públicos sob a responsabilidade do Tesouro Nacional) como exemplo, esta era de 69 bilhões de reais em dezembro de 1994, chegando a 475 bilhões de reais em março de 2000, conforme dados da própria Secretaria do Tesouro Nacional. Nos últimos 5 anos, o crescimento acumulado da Dívida Mobiliária do governo federal foi de 555%.

Quadro VII

Evolução da Dívida Pública Mobiliária Federal nos últimos anos:

Ano	Valor (bilhões de reais)	Crescimento/ano	Crescimento acumulado
1994	69		
1995	86	24%	24%
1996	115	33%	66%
1997	226	96%	227%
1998	343	52%	397%
1999	452	32%	555%
Fevereiro/2000	462		
Março/2000	475		

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – Resultado do Tesouro Nacional

Quem paga essa conta?

Para honrar o pagamento da Dívida Interna e evitar a fuga de dólares para o exterior, o governo é obrigado a reduzir os seus gastos e diminuir os investimentos em saúde, educação, segurança, moradia etc. **Mais uma vez, quem arca com a conta é o povo**, que fica sacrificado e não vê o retorno dos impostos que recolhe, pois grande quantidade de recursos está sendo destinada a pagar os elevadíssimos juros aos especuladores.

Privatizações

Outra política implementada para, sob a ótica do governo, reduzir a Dívida Interna é a privatização de empresas estatais, que levamos anos e anos construindo.

O processo de privatização adotado no Brasil faz parte do compromisso firmado com o FMI, conforme “Memorando Técnico de Entendimento”, ao qual temos demonstrado perfeita obediência e merecido “Nota 10” do FMI.

Na verdade, trata-se de um dos programas de privatização mais arrojados do mundo. Tem envolvido tanto o governo federal como os estaduais e municipais; abrangendo os mais variados setores como telecomunicações, energia, portos, ferrovias, mineração, siderurgia, transportes urbanos e instituições financeiras.

Entretanto essa política está sendo altamente nociva para o país. **Antes do início do programa de privatizações, nosso patrimônio era maior do que a nossa dívida. Perdemos a maior parte do nosso patrimônio e muitas empresas lucrativas, e a dívida pública só vem crescendo.**



Antes de colocar as empresas estatais à venda, o governo aumenta as tarifas, promove demissões, assume os débitos dessas empresas, transferindo-os para a dívida pública e faz enormes investimentos, tanto para saneá-las, quanto em propaganda enganosa a favor da privatização.

O governo sempre argumenta que, com a privatização, os preços ficariam mais baixos para o consumidor “graças à maior eficiência das empresas privatizadas”. No entanto, o que tem ocorrido é um aumento abusivo das tarifas, o que pode ser exemplificado com as contas de energia e de telefonia.

É importante ressaltar que o governo, em lugar de assinar contratos que obrigassem os compradores a reduzir gradativamente o preço das tarifas, como ocorreu em outros países que passaram pelo processo de privatização, garantiu-lhes o direito, no mínimo, de aumentar as tarifas todos os anos, de acordo com a inflação.

No que se refere à Dívida Interna, o governo divulga repetidamente que os recursos obtidos com as privatizações servirão para reduzir o montante da dívida. Declara ter arrecadado 85 bilhões de dólares com as privatizações feitas entre 1991 e 1998, mas omite o valor das dívidas assumidas para financiar a compra das estatais.

Além disso, cumpre ressaltar que, quando as estatais privatizadas foram **adquiridas por empresas brasileiras**, estas recorreram a elevados empréstimos no exterior. Se por um lado

estes capitais serviram para amortizar uma parcela da Dívida **Interna**, por outro provocaram a elevação da Dívida **Externa** privada, que é garantida pelo próprio governo. Em outras palavras, houve um mero jogo contábil. E o pior, as fontes de lucro para pagá-las secaram.

Quando as estatais privatizadas foram **adquiridas por empresas estrangeiras**, assistimos à queda na qualidade dos serviços prestados; redução nos investimentos; aumento na compra de insumos no exterior, desequilibrando nossa balança comercial; e vertiginoso crescimento nas remessas de lucros para o exterior, que triplicaram nos anos 90, em relação à década anterior, saltando de 9 bilhões de dólares para 27,3 bilhões.

A previsão indica que, só no ano 2000, haverá remessa de lucros aproximadamente de 5 bilhões de dólares para o exterior, que representa mais da metade de toda remessa de lucros da década de 80 ou o dobro da média anual da década de 90. Nos anos de 1998 e 1999 (até agosto, conforme dados da Price Waterhouse Coopers) foram vendidas aproximadamente 400 empresas nacionais para grupos estrangeiros, num dos maiores processos de desnacionalização de nossa economia em toda a história.

A combinação da política de juros elevados com privatizações sem qualquer critério tem **provocado aumento das Dívidas Interna e Externa** e o agravamento da crise social, além de desemprego, redução dos investimentos públicos, principalmente na área social, e tem tornado a economia brasileira cada vez mais vulnerável diante da economia internacional.

Proposta de solução para a Dívida Pública

O problema está posto, como solucioná-lo?

O que se busca, neste momento, é a conscientização da população, para que todos possam compreender que a Dívida Externa afeta a vida diária de cada um, seja qual for o seu nível social. É justo que aqueles que estão pagando a conta tenham acesso à verdade dos fatos. A sociedade consciente é capaz de se organizar e reagir, de forma a pressionar o governo para que este não continue implementando políticas destrutivas para a nação, com o único objetivo de pagar juros das Dívidas Interna e Externa. A sociedade consciente é capaz de participar politicamente e de cobrar atitudes por parte dos governantes.

Por isso, é importante a realização do PLEBISCITO DA DÍVIDA EXTERNA, que se constituirá num fato político relevante, na medida em que possibilitará a cada cidadão participação efetiva nas decisões políticas, através de seu voto. Além disso, ao se preparar para votar, cada cidadão estará tomando conhecimento dos fatos e se conscientizando para o exercício da verdadeira cidadania. Só assim poderemos reverter a enorme influência exercida pelos ricos e poderosos diante da alienação e desorganização da maioria da sociedade, e da pouca pressão exercida pelos sindicatos e pelos movimentos sociais. Urge mudar a cultura do conformismo, da alienação e da busca de saídas individuais face a problemas que só podem ser resolvidos coletivamente.

O sucesso do Plebiscito será também um fato importante internacionalmente, levando as pessoas, de um modo geral, a abraçarem um grande movimento de solidariedade e de justiça, permitindo o resgate das dívidas sociais geradas ao longo dos anos pela própria sociedade.

Finalizamos citando o mestre **Barbosa Lima Sobrinho**:

“Quando se trava uma luta, não se deve ter a preocupação com o resultado, mas se há ou não o dever de lutar por aquele ideal. Sou feliz por achar que cumpri com meu dever”.

Esperamos que cada cidadão faça a sua parte.

Apêndice I

História da Dívida Externa Brasileira

Breve relato

- No ano de 1822, para que a Independência do Brasil fosse formalmente implementada, tivemos que assumir uma dívida portuguesa da ordem de 1,3 milhão de libras esterlinas;
- Em 1824, foi contraído nosso primeiro empréstimo externo, no valor de 3,7 milhões de libras esterlinas;
- Ao todo, o Império contraiu 17 empréstimos no exterior, mas grande parte dos recursos nunca chegou ao Brasil, tendo ficado em Londres mesmo, para pagar dívidas velhas e cobrir comissões de credores e intermediários. Da parte que veio para o Brasil, boa parcela veio em bens e não em moeda.
- Em 1889, quando foi proclamada a República, a Dívida Externa Brasileira era de 30,4 milhões de libras esterlinas.
- Em 1931, o Brasil já devia ao exterior cerca de 237 milhões de libras esterlinas. Nesse ano, o então Ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, foi incumbido de auditar o endividamento externo brasileiro. Suas conclusões foram as seguintes:
 - Somente 40% dos contratos encontravam-se devidamente documentados!
 - Os valores reais das remessas eram ignorados!
 - Não havia contabilidade regular da Dívida Externa federal!
 - As condições dos empréstimos efetuados eram onerosíssimas, contendo inclusive cláusulas vexatórias, que permitiam ao banqueiro internacional cobrar, por suas próprias mãos, os impostos, no caso de falta de pagamento!



Nesta época houve uma suspensão e renegociação da dívida.

- Em 1937, houve nova suspensão e renegociação da dívida, retomando-se os pagamentos em 1940.

- No período de 1947 a 1956, o Brasil recebeu 41 milhões de dólares a título de empréstimos e investimentos. No mesmo período, o Brasil remeteu ao exterior, sob a forma de juros e dividendos, 754 milhões de dólares;

Em 9 anos, sofremos uma sangria de 713 milhões de dólares.

- Em 1964, a Dívida Externa Brasileira era de aproximadamente 2,5 bilhões de dólares;
- Na década de 70, a economia brasileira crescia intensamente; parte dos projetos eram produtivos, e o capital internacional era abundante e atraente, com juros baixos. Havia dívida, mas havia investimento e **alguma perspectiva de resgate**. Sobravam recursos nas mãos dos banqueiros internacionais, em virtude da transferência, para o setor financeiro, do volume extraordinariamente alto de lucros auferidos pelos países produtores de petróleo, em razão da explosiva alta de preços do petróleo no mercado internacional. Os banqueiros ofereceram este excesso de recursos ao Brasil, com taxa de juros aparentemente atraentes, em torno de 5,7% ao ano. No entanto, os negociadores de nossa Dívida Externa pactuaram taxas de juros **flutuantes**, o que permitiu aos credores internacionais aplicarem um grande golpe contra o Brasil no final da década de 70, aumentando as taxas de juros de 5,7% para mais de 20%.
- Em 1973, a dívida ainda era de 13,8 bilhões de dólares, passando para 55,8 bilhões de dólares em 1979.
- Na década de 80, o Brasil foi obrigado a tomar muito dinheiro emprestado, **apenas para pagar os juros da dívida**. Assim, nos endividamos ainda mais, **sem o correspondente investimento no nosso desenvolvimento**, mas somente para honrar os juros extorsivos e empobrecedores que os credores internacionais nos exigiam. **A perspectiva passou a ser de subjugação.**
- Em 1983, diante da impossibilidade de quitarmos os encargos da Dívida Externa, o país decretou a moratória. Em decorrência, foi assinada a primeira carta de intenções entre o Brasil e o **FMI**.
Para conceder empréstimos que permitissem ao Brasil normalizar o pagamento de sua dívida, o FMI nos impôs um **programa de ajuste**, remédio muito amargo, que só agravou nossos males, gerando uma brutal recessão econômica, acompanhada de altas taxas de inflação; crise social e conseqüente instabilidade política. **Iniciou-se uma drástica redução nos investimentos internos do país, para que sobrasse mais dinheiro para pagar os juros da Dívida Externa.**
- Em 1984, a dívida já tinha alcançado os 100 bilhões de dólares.
- De fevereiro a novembro de 1987, houve uma breve interrupção no pagamento dos juros da dívida, por absoluta falta de opções, mas logo o Brasil retomou a condição de



“bom pagador” de suas eternas dívidas para com o estrangeiro.

■ A partir de 1991, o governo brasileiro **elevou sistematicamente a taxa de juros** visando a atrair capitais estrangeiros para o Brasil, o que provocou vertiginoso crescimento da Dívida Interna. A Dívida Pública Interna federal alcançou a cifra de 452 bilhões de reais em 1999 e continua crescendo a cada mês.

■ Ao final de 1993, a Dívida Externa Brasileira era de 146 bilhões de dólares. De 1994 a 1998, desembolsamos cerca de 185 bilhões de dólares, a título de juros e amortização. Mesmo assim, no ano de 1998 a dívida chegava a 243 bilhões de dólares.

■ Além disso, a partir de 1995 assistimos a uma desnacionalização brutal da economia brasileira: nossas empresas estratégicas (telecomunicações,

energia elétrica, siderurgia) vão sendo privatizadas e adquiridas por empresas estrangeiras. No setor bancário, no início do ano 2000, cerca de 24% do total de ativos estavam nas mãos de bancos estrangeiros. Observe-se que a taxa de lucro dos bancos estrangeiros no Brasil em 1999 foi de 852%, ou seja, cada milhão investido aqui rendeu 8 milhões, quinhentos e vinte mil ao especulador estrangeiro.

Esse histórico mostra como perdemos a nossa soberania, nossa capacidade de construir o futuro. Somos reféns de políticas ditadas pelos credores internacionais. Mais do que um neoliberalismo, estamos diante de um neocolonialismo.

Finalizamos este breve relato sobre a Dívida Externa Brasileira com as mesmas questões:

Há quanto tempo estamos sendo extorquidos? Até quando resistiremos?

Quanto mais pagamos, mais devemos?!

Qual será o limite para a miséria?...

Há quanto tempo estamos sendo espoliados?

Este trabalho trata da Dívida Financeira; no entanto, é preciso lembrar da outra dívida: A DÍVIDA HUMANA.

- Quantos índios e negros foram eliminados ou escravizados a serviço da “civilização” imposta pelos estrangeiros?
- Quanto ouro, quanta prata, quantos recursos naturais já foram arrancados de nossa terra e levados para o exterior?
- Sobre tudo no século que consagrou os DIREITOS HUMANOS DOS POVOS, é preciso reconhecer que **os verdadeiros responsáveis por essa pirataria e por esse genocídio são os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais.**

Apêndice II

Sobre o Plebiscito Nacional

O que é Plebiscito?

Plebiscito é a consulta aos cidadãos sobre um determinado tema que interessa à vida de todos. Nas sociedades democráticas é uma prática comum, pois ajuda os governos a decidirem segundo a vontade da maioria da população. É o exercício da democracia direta.

O Plebiscito da Dívida Externa:

- É LEGAL, pois os cidadãos são livres para organizar este tipo de consulta;
- É LEGÍTIMO, pois a questão da Dívida Externa está carregada de ilegalidades e injustiças, e pesa demais na vida do povo;
- SEU PODER É MORAL. Não obriga o estado e o governo a seguirem as decisões votadas, mas põe em julgamento ético e político o estado e o governo;
- Tem grande poder de pressão e constitui importante exercício da democracia em nosso país.

Por que um plebiscito?

■ Para democratizar a discussão, motivá-la, mobilizando a sociedade para uma tomada de posição quanto aos destinos do país.

■ Para buscar a mudança da atual política econômica, desmascarando, perante os povos dos países credores, as graves consequências sociais das imposições de seus governos e dos organismos monetários internacionais

■ Para que o Governo adote um correto posicionamento frente aos credores, em respeito à nossa soberania e à dignidade do povo brasileiro.

■ Para que este tema seja debatido amplamente pelos candidatos nas próximas eleições, de modo que suas posições sejam fator importante para a escolha dos eleitores.

Como será o Plebiscito da Dívida Externa?

O Plebiscito, que acontecerá de 2 a 7 de setembro de 2000, será composto de três questões, às quais a população irá se manifestar:

Sobre o FMI:

- 1) O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI?

Sobre a Dívida Externa:

2) O Brasil deve continuar pagando a Dívida Externa, sem realizar uma Auditoria Pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988?

Sobre a Dívida Interna:

3) Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a Dívida Interna aos especuladores?

E qual será a nossa contribuição?

Como podemos participar deste processo, que está envolvendo parcela significativa da sociedade organizada?

- Divulgando amplamente o Plebiscito da Dívida Externa em nossa comunidade;
- Ajudando em sua organização;
- Organizando e participando de debates sobre tema tão central para a vida de todos os brasileiros;

Só a pressão da sociedade conseguirá obrigar o governo a alterar esta política que coloca a Dívida Financeira antes da Dívida Social!

VAMOS À LUTA!



Apêndice III

Bibliografia

Gonçalves, Reinaldo – 1999 -

Globalização e Desnacionalização

– São Paulo, SP – Editora Paz e Terra.

Gonçalves, Reinaldo e Pomar, Valter – 2000 –

O Brasil Endividado

– São Paulo, SP – Editora Fundação Perseu Abramo

Arruda, Marcos – 1999

– **Dívida E(x)terna**

– Petrópolis, RJ – Editora Vozes

Biondi, Aloysio - 1999

O Brasil Privatizado

– São Paulo, SP -Editora Fundação

Benedito, Mouzar - 2000

- **Dívida Externa – Eles gastam, nós pagamos**

– São Paulo, SP – Edições Loyola

A vida acima da Dívida

– Coletânea de textos extraídos do debate sobre a Dívida Externa, por ocasião do Tribunal da Dívida, realizado no Rio de Janeiro em abril de 1999.

Projeto Veritas

- **Brasil: 500 anos de barbárie ou Barbárie: 500 anos de Brasil**

- Informativo Especial de Abril/2000 da APUBH - Associação Profissional dos Docentes da UFMG.

Documentos:

Veredito – Tribunal da Dívida Externa

Simpósio Dívida Externa: Implicações e Perspectivas – Documento Final

Boletins do Banco Central do Brasil

Relatórios da Secretaria do Tesouro Nacional:

“Dívida Pública” – “Resultados do Tesouro”

Orçamento da União para o ano 2000,

Portaria nº 308 CCONT/DINCO, de 29/06/2000

Revista Conjuntura Econômica - Publicações de fevereiro e junho de 2000.

